

Em busca do elo perdido: sobre a gênese dialética da categoria capital

João Leonardo Medeiros*

Leonardo de Magalhães Leite**

1. Introdução

Numa carta escrita em 31 de julho de 1865, Marx apresenta a Engels mais uma desculpa para o eterno adiamento da publicação de sua obra magna, *O capital*: “Não importa quais sejam suas insuficiências, a vantagem de meus escritos é que eles compõem um todo artístico, e isso só pode ser alcançado pela minha prática de nunca ter coisas impressas no papel até que as tenha diante de mim em sua totalidade”. (Marx, [1865] 2010, p. 173) Indubitavelmente, a primorosa forma de *O capital* é um convite à leitura e à reflexão, contribuindo para a perenidade notável do livro. Por outro lado, o primor estilístico por vezes funciona como combustível para alimentar a chama do debate interpretativo, acesa desde o lançamento da primeiríssima edição.

Um desses casos é o da redação do Capítulo III e da transição para o capítulo seguinte, que até hoje desconcerta os leitores. Não são poucos os que se surpreenderam ao deparar-se, já nas primeiras linhas do Capítulo IV, com o enunciado da categoria capital e da correspondente forma de circulação do valor. Leitores como esses poderiam indagar se Marx não teria repetido o esquema argumentativo da passagem do Capítulo I ao Capítulo II. Nas primeiras seções do Capítulo I, as figuras humanas são deliberadamente omitidas, sendo objetos em si inanimados, mercadorias, os sujeitos das orações e das ações mesmas.¹ Na seção final, sobre o fetichismo da mercadoria, Marx finalmente argumenta que o movimento das mercadorias é expressão alienada das relações sociais que constituem a produção capitalista. Por fim, no início do Capítulo II, o autor surpreende o leitor ao afirmar o óbvio, que (para usar a ilustração da obra) o linho por si nenhuma relação poderia ter com o casaco,² o que revela que a omissão das figuras humanas nas seções anteriores foi intencional e zelosamente perseguida.

Ao contrário do que sugere a primeiríssima impressão, não parece ser esse o caso da transição do Capítulo III ao Capítulo IV. Na verdade, e isso justamente é o que se pretende defender, já no Capítulo III, em particular em sua última seção, Marx desenvolve um complexo argumento teórico para descortinar a lógica (dialética) por detrás da emergência histórica da categoria capital. Não há, de fato, uma inflexão no argumento que tornaria súbito o aparecimento do

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do NIEP-Marx.

** Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas de Campos da UFF, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF e pesquisador do NIEP-Marx.

¹ Por exemplo, diz lá Marx, “O linho expressa seu valor no casaco” (Marx, 2013, p. 126) ou “o linho reconhece nele [no casaco] a bela alma de valor que lhes é originariamente comum” (ibid., p. 128).

² “Que as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras”. (ibid., p.159)

capital logo na primeira linha do capítulo seguinte. Considerando, entretanto, que numerosos intérpretes da obra, inclusive alguns dos mais afamados, tenham ignorado a relação entre as duas seções (a última do Capítulo III e a primeira do Capítulo IV) ou, de modo explícito, afirmado que a categoria capital sai da cartola de Marx no início do Capítulo IV, parece claro que, por incrível que pareça, ainda há o que se discutir sobre esse trecho da obra.

Há, na verdade, três posições diversas sobre a questão. A primeira delas é que acabamos de mencionar, isto é, que não reconhece no Capítulo III elementos que deem conta da gênese da categoria apresentada logo no início do Capítulo IV. Deixaremos essa interpretação de lado no artigo, por considerá-la simplesmente carente de base textual. A segunda posição é aquela que admite a existência de uma conexão entre os dois trechos da obra, mas considera ser essa conexão determinada meramente ou prioritariamente por uma motivação expositiva e/ou epistemológica. Não haveria, portanto, em *O capital*, um argumento que revelasse teoricamente uma presumida causalidade no trânsito do dinheiro ao capital, muito embora Marx tenha arriscado uma explicação dessa natureza nos materiais preparatórios, em particular nos *Grundrisse*³. A terceira e última posição, por contraste, é aquela que alega existir em *O capital* um argumento dessa natureza.

A perspectiva defendida neste artigo alinha-se ao último bloco. Agora, parece-nos claro que, mesmo considerando o conjunto de intérpretes que reconhece na última seção do Capítulo III uma demonstração da lógica dialética por detrás da gênese histórica do capital, ainda se faz necessária uma reconsideração do argumento original. Isso porque algumas de suas nuances, omitidas em interpretações correntes, têm grande importância não apenas teórica, mas para a própria reconstituição do processo histórico concreto. Neste caso, parece-nos que o problema central é que a complexidade do objeto – a gênese do capital – e seu reflexo sobre a apreensão multifacetada de Marx produzem interpretações divergentes, muitas das quais instigantes, embora nem sempre conciliáveis entre si. Nosso entendimento, para dizê-lo sucintamente, é que a explicação de Marx para a “transformação do dinheiro em capital” ainda figura na maioria das interpretações correntes como um elo perdido.

Nas duas próximas seções, algumas intervenções afamadas, que se enquadram nos dois últimos conjuntos de intérpretes acima apontados, são tomadas como representações de duas possibilidades interpretativas extremas, além de casos intermediários⁴. Nos extremos estão, de um lado, interpretações que compreendem a argumentação de Marx como orientada e organizada por um critério epistemológico (nem sempre o mesmo em cada interpretação) e, de outro, interpretações que julgam que Marx baseou tanto seu raciocínio quanto sua exposição num critério ontológico (em

³ Cf.: (Marx, 2011, p. 161-200).

⁴ Deixamos de lado o primeiro conjunto, que simplesmente ignora ou nega o nexos entre o argumento dos dois capítulos no que se refere à explicação do surgimento do capital e, portanto, valorizam apenas o argumento do Capítulo IV, em que Marx relaciona o capital ao trabalho assalariado para explicar o mais-valor.

geral, emergência de categorias a partir de determinações antecedentes lógica e historicamente). Essas possibilidades interpretativas aplicam-se, naturalmente, ao conjunto da obra, mas aqui a tomamos por sua implicação na análise da gênese da categoria capital. Na seção seguinte, a terceira adiante, apresentamos uma interpretação para o que julgamos ser a teoria de Marx a respeito da causalidade contida no processo histórico que gestou o capital. O artigo contém ainda uma brevíssima conclusão, na qual especulamos sobre as raízes da divergência interpretativa.

2. Do abstrato ao concreto

Partamos aqui de um caso extremo: a interpretação de Alex Callinicos (2014), que abertamente defende que o modo como Marx aborda o trânsito do dinheiro ao capital resulta de uma escolha sobre o método adequado à exposição do conteúdo da obra. Por conseguinte, é preciso, antes de tudo, enquadrar a interpretação desse ponto específico no âmbito de sua releitura do conjunto do argumento. Callinicos parte de uma consideração dos antecedentes de Marx, em particular de Ricardo e Hegel, para defender a ideia de que a exposição de *O capital* tem uma orientação deliberada e cuidadosamente respeitada, partindo linearmente desde categorias e planos de análise mais abstratos até os mais concretos.⁵

O que é peculiar na intervenção de Callinicos é o fato de conceber a distinção entre abstrato e concreto na teoria de Marx não como uma distinção entre conceito e realidade, mas entre “diferentes níveis de um sistema de conceitos” (Callinicos, 2014, p. 131). Então, quando Callinicos (ibid., p. 125-9) refere-se à estrutura de *O capital* como coerente com um processo de externalização, não se trata de uma aproximação em direção ao real, uma aproximação ontológica, mas sim de uma externalização conceitual, ou seja, de uma questão epistemológica.

É importante insistir nesse ponto: Callinicos (ibid., p. 132) sustenta que ser mais abstrato ou mais concreto não é uma propriedade inerente aos conceitos, isto é, um conceito não é mais ou menos abstrato em função de suas características imanentes. O que define o grau de abstração de um determinado conceito é o lugar que ele ocupa dentro do discurso teórico como um todo.⁶ Agora, como o autor mesmo se dá conta, assim compreendido o argumento de Marx, uma questão imediatamente se coloca: “Se o movimento do abstrato ao concreto é algo que se desdobra no interior do pensamento, como o discurso teórico de Marx adquire conteúdo factual? (ibid.)”

⁵ Naturalmente, o autor se inspira na famosa sentença na qual Marx caracteriza o método científico como uma elevação “do abstrato ao concreto”. (Marx, 2013, p. 54)

⁶ Para ilustrar esse ponto, Callinicos apresenta a distinção entre valor e preço de produção. Nos termos do autor, não se trata de uma relação entre pensamento e realidade de tal forma que o abstrato (valor) forneça um modelo teórico para a realidade concreta (preço de produção). Ao contrário: “Preço de produção é (para usar o vocabulário da *Introdução de 1857*) um ‘concreto em pensamento’, definido em termos do discurso teórico de *O capital* e não em referência a uma realidade para além da teoria. Abstrato e concreto é uma questão do lugar que os conceitos ocupam dentro deste discurso”. (Callinicos, 2014, p. 132)

Na realidade, o conteúdo factual da obra seria progressivamente ampliado à medida que a análise se aproxima do concreto. Callinicos julga que Marx parte da totalidade de determinações da forma acabada, o capitalismo, mas organiza o argumento de modo a que, a cada passo, sejam introduzidas novas categorias e planos de análise, tornando a imagem do objeto refletida no pensamento cada vez mais complexa e concreta.⁷ O avançar nas determinações mais concretas, aponta o autor, ocorre através da posição de problemas que devem ser respondidos adiante. Nesse sentido, Callinicos concorda (explicitamente) com Althusser, para quem o pensamento de Marx se desenrola com a *posição de conceitos* que servem para resolver questões abertas anteriormente.

A implicação desse entendimento do conteúdo das categorias e da exposição de *O capital* é a seguinte: não há qualquer conteúdo lógico ou histórico que *necessariamente* amarre as categorias que se sucedem umas às outras a cada momento da exposição da obra. Isso fica muitíssimo claro quando Callinicos lida com sua principal ilustração, justamente a gênese da categoria capital. O autor, logo de início, adverte que “[...] Marx simplesmente introduz primeiro D – M – D’ e depois a compra e venda da força de trabalho sucessivamente como novas determinações sem qualquer tentativa de deduzi-las [mesmo que dialeticamente, acrescenta o autor citando Bidet] das determinações precedentes”. (ibid, p.135)

Segue-se daí que o surgimento aparentemente repentino do ciclo do capital no início do Capítulo IV tem o propósito, na opinião de Callinicos, de resolver o “problema teórico” enunciado na seção precedente. O problema em questão é o do surgimento do mais-valor, posto que o dinheiro, enquanto dinheiro, não é capaz de multiplicar-se, isto é, o dinheiro não carrega as condições necessárias para que a massa global de valor cresça. Faltam determinações mais concretas que seriam introduzidas na exposição posterior, inspirada na observação da realidade.

Em síntese, essa linha interpretativa sugere que *O capital* pode ser lido como um processo de superação de uma cadeia de problemas, de forma que a aparição do capital, tida como súbita, teria o propósito de resolver um determinado enigma posto pela contradição entre as categorias precedentes (valor e dinheiro) e um determinado fato empírico.

Uma variação bem menos inspirada da formulação de Callinicos pode ser encontrada no trabalho de Jaques Bidet (2007). Mediante um argumento aproveitado (e aprimorado) pelo próprio Callinicos, Bidet procura sustentar que Marx teria mudado de ideia desde as primeiras formulações recolhidas nos *Grundrisse* até a redação do texto definitivo de *O capital*. No extremo inicial, os *Grundrisse*, Marx teria concebido a transição do dinheiro ao capital “em termos de um movimento

⁷ Callinicos assinala que Marx desenvolveu esse método no caminho dos *Grundrisse* a *O capital*. Nos *Grundrisse*, seguimos com o autor, muitas vezes Marx ainda admitia a ideia, comum tanto a Hegel quanto à concepção positivista (“clássica”) da ciência, de que seu conteúdo “está implícito no ponto de partida”. (Callinicos, 2014, p.133pp.)

dialético no qual a configuração D – M – D fornece a mediação, constituindo ao mesmo tempo a ‘forma final do dinheiro’ e o ‘primeiro conceito de capital’” (ibid., 154-5).

O problema, no juízo de Bidet, é que Marx teria se equivocado ao adotar esse procedimento, basicamente por duas razões. (ibid., p. 155-7) A primeira é que as três funções do dinheiro “enquanto dinheiro” (entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial) seriam incompatíveis com a forma D – M – D: entesouramento significa a interrupção da circulação, portanto, M – D apenas; e meio de pagamento e dinheiro mundial “implicam o dinheiro como mediação”, isto é, como M – D – M. Portanto, na interpretação de Bidet, a configuração D – M – D não representa a forma final do dinheiro.⁸

A segunda razão para rejeitar o raciocínio adotado por Marx nos *Grundrisse*, que teria sido abandonado no caminho até *O capital*, é a seguinte: a forma “D – M – D introduz algo radicalmente novo: o conceito de capital, de um valor que é mantido em um processo cíclico. [...] Não existe mediação possível: D – M – D, sendo a própria forma do capital, não pode representar a transição do dinheiro para o capital”. Portanto, o desenvolvimento dialético do dinheiro ao capital efetuado por Marx nos *Grundrisse* é, nos termos de Bidet, “inconsistente”.⁹ (ibid., p. 158)

A solução satisfatória encontrada por Marx em *O capital* é, na opinião de Bidet, um desenvolvimento categorial não-dialético, que já pode ser encontrado na *Contribuição à crítica da economia política*. No caso de *O capital*, essa ruptura torna-se explícita, de acordo com o autor, porque Marx “corretamente remove qualquer menção de D – M – D na exposição da terceira função do dinheiro”. (ibid., p. 159-60) Ao assim fazê-lo, Bidet julga que a exposição de Marx na Seção I “não fornece nenhuma razão para introduzir D – M – D na teoria” (ibid., p. 161). Em outros termos, “D – M – D não é ‘deduzido’ [...], não existe ‘gênese’ ou desenvolvimento de M – D – M para D – M – D”. (ibid.)

Se não há esse desenvolvimento interno, como Bidet explica o aparecimento da categoria capital? Em suas palavras: “O objeto denotado por D – M – D’ é introduzido não como um produto da exposição, mas como um objeto já familiar à consciência ordinária”, isto é, como um “fato da experiência”. (ibid., p. 161) A introdução de um fato novo da vida cotidiana, que ainda não fora explicado, “é seguido por uma crítica baseada nas categorias desenvolvidas anteriormente” (ibid., p. 162). Portanto, nesse momento e isoladamente, segundo Bidet, o procedimento de Marx adquire a forma de um caminhar da aparência ou superfície da realidade em direção à essência.¹⁰ “A fórmula

⁸ O que é espantoso, entretanto, é que Bidet não tenha se questionado se a forma D – M – D’ poderia de algum modo ser reconhecida na transição, por exemplo, como expressão da prática econômica de comerciantes e usurários.

⁹ Esse argumento é ainda mais problemático que o anterior. Bidet parece não perceber que há uma diferença fundamental entre ter a forma do ciclo do capital (D – M – D’) e ser capital em essência. Mais adiante no texto, esperamos deixar claro nossa opinião sobre a questão.

¹⁰ Seria de se perguntar se o ciclo M – D – M é mera aparência do ciclo D – M – D’, para Bidet.

contraditória $D - M - D'$ não integra parte do desenvolvimento categorial do conceito. Ela é indicada como uma forma ideológica da consciência”. (ibid.)

É justamente neste ponto que a interpretação de Bidet aproxima-se daquela que seria posteriormente oferecida por Callinicos (embora ofereça um argumento bem menos elaborado que este último): ambos os autores julgam que a razão que explica a emergência tida como súbita da categoria capital é meramente expositiva. Isso é reafirmado de modo claro no momento em que Bidet alega a existência de uma mudança de terminologia empregada por Marx em *O capital* – mudança essa que seria, segundo ele, “altamente significativa”. (ibid., p. 162) Trata-se da utilização do termo “fórmula” ao invés de “forma” quando se refere ao circuito $D - M - D$. Ao invés de uma forma “definida pela teoria”, Marx teria remetido o leitor a uma “*representação* ou *formulação* que tinha que ser criticada” (ibid., grifos nossos).

Não existiria, portanto, “uma contradição dialética inerente à forma, a qual demandaria uma transição para uma forma superior. A contradição é de um tipo lógico específico à forma ordinária de *representação*” (ibid., p. 163, grifos nossos). A crítica às “contradições inerentes à *formulação* $D - M - D'$ ” (ibid.) permite, por sua vez, que Marx chegue ao assalariamento e à explicação para a origem do mais-valor. Em síntese, o aparecimento do capital, para Bidet, decorre de uma necessidade não-dialética de acrescentar um fato novo da realidade necessário para a exposição de novas determinações mais complexas. (ibid.)

Embora Frederic Jameson (2014) não apresente uma interpretação sistemática para a relação entre o dinheiro (“enquanto dinheiro”) e o capital, mas sim uma ou outra anotação esparsa sobre o tema, sua leitura geral da obra revela elementos que a aproximam das teses de Callinicos, embora contenha pontos de divergência não menos importantes. Em uma passagem esclarecedora, não por acaso citada por Callinicos (2014, p. 138), o autor também apresenta a estrutura de *O capital* como um “jogo de resolução de problemas”:

Uma das formas de ler *O capital* – isto é, de compreender o lugar de cada análise e proposições individuais na construção do todo – consiste em vê-lo como uma série de enigmas, mistérios e paradoxos, para os quais uma solução é oferecida no momento certo. Não é surpresa que esta solução será dialética; ela não dissipará a estranheza do paradoxo ou antinomia iniciais por meio de um desmascaramento seco e racional, mas preservará a estranheza do problema dentro de novas estranhezas da solução dialética. (Jameson, 2014, p. 35)

Não é irrelevante que Jameson tenha considerado que a “solução” dos problemas seja dialética. O que aproxima sua interpretação daquela oferecida por Callinicos é o fato de não ter ressaltado que o próprio *enunciado* dos “problemas” a serem resolvidos é dialético, posto que baseado no reconhecimento de contradições reais. Agora, se, de fato, *O capital* se desenrola sobre “uma série de enigmas, mistérios e paradoxos”, o aparecimento da categoria capital deve-se à necessidade de resolver um enigma posto pela categoria antecedente, mas ao mesmo tempo coloca

um novo mistério a ser resolvido adiante. No que se refere à gênese do capital, é interessante perceber como Jameson compreende a relação com o argumento imediatamente anterior nos poucos momentos em que aborda a questão. Após ter afirmado que a circulação mercantil simples é dotada de uma “falsa temporalidade de equivalência e circulação”, o que quer dizer que o ciclo $M - D - M$ não aponta para a superação dialética de sua temporalidade imanente, mas para uma “estabilidade sem movimento” (ibid., p. 94), o autor estabelece um contraste com o dinheiro que se movimenta em busca de dinheiro:

A emergência do dinheiro no final da seção [a Seção I do Livro I] também não culmina realmente em temporalidade, mas projeta a si próprio no futuro como um mistério a ser ainda confrontado, a saber, de que modo D torna-se D' , como dinheiro pode gerar mais dinheiro ou expandir a si próprio: o paradoxo consiste em que o capitalismo essencialmente produz não mercadorias, mas ao contrário capital enquanto tal. (ibid.)

Para formar um juízo definitivo sobre a possível interpretação de Jameson da passagem do dinheiro ao capital é preciso sempre ter em conta que o autor interpreta o desenrolar das categorias na obra marxiana como expressão de um desenvolvimento dialético. Na opinião de Jameson, o trânsito de uma categoria a outro reflete a existência de uma contradição real. Para citar mais uma passagem que aborda o problema-foco deste trabalho:

Sem dúvida, valor de uso e valor de troca são opostos em alguma medida; assim como qualidade e quantidade. Ainda que nenhuma destas oposições seja unificada o suficiente para constituir uma contradição verdadeira. A equação da equivalência de mercado não era também uma oposição verdadeira e, portanto, constituiu apenas um falso problema, que está falsamente resolvido pela reificação do dinheiro. *O problema real, a contradição real, apenas emerge quando a igualdade ou equivalência do mercado encontram seu verdadeiro oposto.* Isto não acontece quando duas coisas qualitativamente diferentes são afirmadas no mercado como se fossem a mesma coisa: *mas apenas quando a mercadoria se iguala a um valor maior que o da própria mercadoria.* Se o enigma da Seção I envolvia o mistério de uma equivalência entre duas coisas qualitativa e radicalmente diferentes, o novo enigma, que começa na Seção II e percorre *O capital* inteiramente, envolve o mistério do aumento de valor, e o enigma de um valor total final maior do que o valor de suas partes individuais. (ibid., p. 114, grifos nossos)

Com base no que foi dito, parece-nos pertinente a conclusão de que a emergência do capital a partir do dinheiro depende da (e reflete) a contradição real que impulsiona o desenvolvimento dialético na oposição entre duas trocas mercantis: a primeira quando a mercadoria se troca por uma quantidade de dinheiro de mesmo valor; e a segunda quando a mercadoria “se iguala a um valor maior que o da própria mercadoria”. Deixando de lado os detalhes da formulação, o que importa perceber é que, embora Jameson, como Callinicos (ambos inspirados em Althusser), considere que a estrutura de *O capital* tem a forma de um “jogo de solução de enigmas” (arranjado por mera conveniência expositiva, seria de se questionar), o autor ao menos percebe que os “enigmas” são expressão de contradições reais.

As intervenções que recolhemos na segunda seção representam o conjunto de interpretações que levam adiante essa ideia de que a teoria de Marx sobre a gênese do capital é “mera” apreensão cognitiva de um processo histórico complexo, impelido por contradições reais. Passemos a elas.

3. O concreto pensado

Há basicamente dois tipos de formulações sobre a relação entre a circulação do “dinheiro como dinheiro” e a gênese do capital que reconhecem um nexos lógico-causal (necessário, diria Marx) e histórico entre os dois extremos: aqueles que afirmam a existência do nexos, mas não arriscam uma explicação para a passagem de um momento a outro, e aqueles que procuram interpretar a explicação de Marx. A posição de Jameson, de certo modo, enquadra-se no primeiro tipo e se a situamos na seção anterior foi basicamente porque ele também percebe o desenvolvimento categorial de *O capital* como organizado sob uma preocupação prioritariamente expositiva (dispor as categorias numa sequência de modo a que a explicação de uma funcione como gancho expositivo para a explicação de outra).

Um caso muito mais evidente de interpretação que se descuida dos detalhes da explicação de Marx é oferecida por Roman Rosdolsky (2001). O autor tenta responder a questão que nos orienta utilizando escritos de Marx anteriores à redação definitiva *O capital*. Depois de apontar para a existência de diversas concepções equivocadas sobre o capital em economistas políticos contemporâneos e antecedentes a Marx, Rosdolsky afirma que “o capital deve ser concebido como um valor que se amplia, ou seja, como um processo. Para isso, é preciso partir [...] ‘do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação’” (Rosdolsky, 2001, p. 166). Apesar dessa afirmação, Rosdolsky não procura apresentar uma interpretação para o aparecimento da categoria capital no texto, limitando-se apenas a constatar o fato de que Marx a tenha relacionado com as funções que o dinheiro exerce “como dinheiro”. Isso pode ser percebido nas passagens a seguir:

‘o valor de troca se desenvolve e adquire determinações mais profundas no próprio processo de circulação. Ou seja, é preciso prestar atenção no desenvolvimento do dinheiro’, tal como aparece como resultado do processo de circulação. Chegamos assim à categoria do ‘dinheiro como capital’, que ‘vai mais além de sua determinação simples como dinheiro’ e que, por isso, constitui uma transição do valor e do dinheiro para o capital.

Aqui, evidentemente, trata-se do dinheiro em sua ‘terceira determinação’. Pois só nela o dinheiro não é ‘um mero meio de circulação de mercadorias [...]’; é um produto da circulação [...] que se tornou independente dela’. Ao mesmo tempo, é uma forma cujo único movimento dotado de sentido é o de incrementar o valor, multiplica-lo permanentemente. (Rosdolsky, 2001, p. 167)

Como dito acima, Rosdolsky limita-se a constatar que o “dinheiro como capital” decorre do “dinheiro como dinheiro”, formando a ponte lógica entre o dinheiro e o capital. Em lugar de explicar esse nexos, todavia, o autor move sua interpretação na direção das seções finais do Capítulo IV, limitando-se a afirmar que, para que o ciclo “M – D – M se transforme no ciclo D – M – D”, é necessário que o dinheiro como capital seja trocado por trabalho vivo. (ibid., p. 167) Em síntese, a

recuperação de Rosdolsky da explicação de Marx para a gênese da categoria capital possui um “elo perdido”, que corresponde exatamente à passagem do Capítulo III ao IV.¹¹

Deve-se ressaltar que Rosdolsky chega a reconhecer, como Jameson, que a exposição marxiana não se baseia “tão-somente [...] no desenvolvimento dialético de conceitos”, mas não revela as contradições reais que explicariam aquela passagem.¹² (ibid., p. 169). O fato de que o desenvolvimento do capital exija a existência de uma massa de trabalhadores livres dispostos a vender força de trabalho leva o autor à conclusão de que a transição do dinheiro ao capital depende de “uma profunda análise das condições históricas concretas que conduziram à formação do modo capitalista de produção” (ibid.) e não de uma reconstituição da cadeia de causalidades implicada pelo processo objetivo de superação das contradições reais.

Rosdolsky parece não se dar conta de que, se não há uma transição *lógica* (dialética, evidentemente) do dinheiro ao capital, a circulação simples e a circulação capitalista poderiam ser consideradas coisas separadas, sem relação intrínseca, e a transição histórica rumo ao capitalismo poderia ser tida como produto de um processo aleatório. Parece-nos, neste particular, muito mais acertada a interpretação de Michael Heinrich (2012, p. 81-6), que põe em destaque os vínculos dialéticos existentes entre o desenvolvimento da circulação de mercadorias e o dinheiro, de um lado, e o capital, de outro. Percebam como o autor aborda de modo muito claro e consciente a questão:

Se a circulação de mercadorias e dinheiro apresentada nos primeiros três capítulos de *O capital* não é algo autônomo e independente do capital (como expresso por Marx quando este utiliza a expressão ‘superfície’ para descrever a circulação simples), então essa dependência já deve fazer sentido em si. Bastante semelhante à relação entre mercadoria e dinheiro, uma conexão intrínseca, necessária, entre dinheiro e capital deve ser revelada. (ibid., p. 84)

Até esse ponto, estamos plenamente de acordo com Heinrich. O problema é o que vem adiante, porque Heinrich julga que Marx simplesmente retirou do texto definitivo de *O capital* todos os traços de sua explicação para a transição dialética “do dinheiro ao capital”. Numa nota de rodapé, o autor chega a considerar uma omissão que Marx tenha iniciado o quarto capítulo imediatamente com a fórmula do capital. Em seus termos:

A conexão entre a “circulação simples” e o capital é descrita por Marx nos trabalhos preliminares que conduziram para *O capital* – nos *Grundrisse* e no chamado *Urtext* [texto original] da *Contribuição à crítica da economia política* – mas não em *O capital*. Neste,

¹¹ Esse também é o caso das leituras de Saad Filho (2011) e da interpretação oferecida na coletânea de artigos da equipe de professores da UFES, organizada pelo saudoso professor Reinaldo Carcanholo (2011).

¹² Num artigo muito interessante e, lamentavelmente, pouco citado, João Antônio de Paula corretamente assinala que *O capital* é a obra na qual Marx deu conta do processo dialético subjacente à emergência do capital como categoria. Em suas palavras: “A grande teoria da gênese e desenvolvimento do capital foi elaborada por Marx. Sua obra, *O Capital*, cuidou de apresentar, sistematicamente, a odisséia do capital desde sua manifestação elementar, como mercadoria, até sua forma complexa de presentificação, como acumulação do capital. A lógica da exposição obedeceu aos preceitos dialéticos, o que significa dizer que transitou do abstrato ao concreto, da totalidade simples à totalidade complexa”. (Paula, 2005, p. 53)

Marx começa o quarto capítulo com a análise da fórmula $D - M - D'$. Com essa omissão, o próprio Marx incitou as interpretações mencionadas anteriormente que contrastam economia de mercado e capital como coisas separadas. (ibid., p. 231)

Baseando-se, portanto, nos *Grundrisse* e na chamada versão original da *Contribuição à crítica da economia política*, Heinrich argumenta que apenas em sua terceira função, qual seja, de dinheiro “como dinheiro”, ele “se torna um fim em si mesmo” (ibid., p. 84-5). Enquanto meio de circulação, ele “é apenas um intermediário que constantemente desaparece”. Por outro lado, enquanto medida dos valores ele “tem que estar fisicamente presente”. Sendo assim, “apenas como a unidade entre medida dos valores e meio de circulação (‘dinheiro como dinheiro’) o dinheiro torna-se uma manifestação independente do valor” que “deve ser conservada e multiplicada” (ibid.). Como essa manifestação independente e perene do valor pelo dinheiro “é apenas garantida quando o dinheiro perpassa o movimento $D - M - D'$ ” (ibid., p. 85), a terceira forma do dinheiro representa, evidentemente, a transição para o capital.

Embora o interesse do artigo esteja em reconstituir a explicação de Marx para a gênese do ciclo do capital a partir do desenvolvimento da circulação mercantil simples tal como apresentada em *O capital* – argumento que Heinrich afirma ser inexistente –, é interessante reconstituir alguns elementos da interpretação que o autor forma a partir da leitura dos textos preparatórios (elementos que, em nossa opinião, reaparecem no texto final). Para mover o argumento adiante, partamos da seguinte questão: como sustentar que apenas no circuito $D - M - D'$ o valor pode se manifestar independentemente (e, portanto, tornar-se um fim em si mesmo)?

A resposta de Heinrich toma a forma de uma demonstração por absurdo: na esfera da circulação simples, “a independência e perenidade do dinheiro é limitada: se o dinheiro é sacado da circulação para ser entesourado, em última instância ele se transforma em um objeto inútil”. (ibid.) Mesmo quando ele é jogado na circulação, isto é, quando “ele é usado para comprar mercadorias, a manifestação independente do valor se perde”. Assim sendo, a independência e durabilidade do dinheiro como manifestação do valor “não pode realmente existir no nível da circulação simples”; logo, só pode existir no nível do capital. (ibid.)

O que Heinrich está dizendo, numa ultrassíntese, é que a circulação simples necessariamente desemboca na produção capitalista, o que significa que ele admite a existência de um desdobramento lógico nos marcos da própria teoria. É realmente uma pena que sua interpretação tenha recusado tão decididamente o argumento de *O capital* como elemento da explicação de Marx da transição do dinheiro ao capital. Parece-nos (e pretendemos mostrar) que, se assim o fizesse, o autor poderia reforçar a importante conclusão de que “a existência permanente do valor, envolvendo toda a economia, é apenas possível quando o valor executa o movimento do capital, $D - M - D'$. Com o movimento $D - M - D'$, entretanto, deixamos o domínio da circulação simples”. (ibid., p. 86)

As três últimas interpretações com as quais lidaremos antes de retomar o texto de *O capital* circulam no mesmo terreno interpretativo da formulação que será defendida. De modo diverso, com ênfases variadas, David Harvey, Moishe Postone e Lucia Pradella não apenas consideram que Marx reconstitui a lógica da gênese do capital a partir das contradições da circulação mercantil simples, como creem que seu argumento pode ser encontrado em *O capital*, particularmente na última seção do Capítulo III (e na primeira do capítulo seguinte, evidentemente). Parece-nos, entretanto, que, instigantes como são, as três interpretações são fragmentárias, perdendo momentos decisivos do raciocínio original.

Iniciemos com Harvey, que defende uma posição muito similar à de Henrich e completamente oposta à de Bidet ao sustentar que o capital resulta de um desenvolvimento dialético movido por contradições objetivas. (Harvey, 2013, p. 79-82) O autor inicia seu argumento recordando que, ao fim do capítulo sobre o dinheiro, é possível “identificar a forma $D - M - D$ de circulação, em que o dinheiro se transforma em finalidade e objeto da troca” (ibid., p. 90). Como não faz sentido trocar equivalentes em $D - M - D$, Harvey conclui, como Marx, que esse circuito necessariamente “resulta num incremento de valor, $D - M - D + \Delta D$, que é definido como mais-valor” (ibid.). Para Harvey, no entanto, a transição lógica para o capital é revelada justamente na análise das funções desempenhadas pelo dinheiro “como dinheiro”, especificamente como meio de pagamento.

Numa passagem realmente importante de sua interpretação, Harvey (ibid., p. 79) observa que a relação entre devedores e credores que resulta do papel do dinheiro como meio de pagamento dá origem “a uma dinâmica social diferente”. O autor assinala que a introdução do crédito nesse momento da exposição de Marx permite reconhecer que, do ponto de vista do credor, a circulação de valor já tem a forma $D - M - D$. Isso porque, para o credor, o D final tem que ser maior que o D inicial para que a fórmula faça algum sentido. Segue-se, daí, portanto, a conclusão de que o dinheiro, na função de meio de pagamento, “não medeia mais o processo. Ele apenas o conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal” (Marx, 2013, p. 209).

Harvey (2013, p. 80) valoriza bastante a conclusão de Marx nesse passo do argumento ao afirmar que “é necessário haver uma forma de circulação em que o dinheiro é trocado com a finalidade de conseguir dinheiro: $D - M - D$. Essa é uma mudança de perspectiva que faz uma enorme diferença”. Também não passa despercebido ao autor que a transição para o capital tenha sido evidenciada neste momento exato do texto: “é nesse ponto d’*O capital* que vemos pela primeira vez a circulação de capital cristalizando-se a partir da circulação de mercadorias, mediada pelas contradições da forma-dinheiro” (ibid.). Justamente por essa razão, pôde ele mesmo, Harvey,

concluir que Marx reconstitui, também em *O capital*, o desenvolvimento dialético desde a mercadoria até o capital. Em seus próprios termos:

podemos dizer que a expansão da troca de mercadorias conduz necessariamente ao advento da forma-dinheiro e a *contradição interna nessa forma-dinheiro conduz necessariamente* ao surgimento da forma capitalista de circulação, em que o dinheiro é usado para ganhar mais dinheiro. (ibid., p. 81, grifos nossos)

Sintetizando o argumento de Harvey, é possível dizer que a forma-dinheiro é, na maneira como interpreta a teoria de Marx, a “exteriorização” da “oposição dialética e relacional entre valor de uso e valor de troca incorporados na mercadoria”. (ibid.) Quando a forma-dinheiro “interioriza” essa contradição, isto é, quando assume, ao mesmo tempo, as funções de meio de circulação e medida de valor, ela empurra a contradição adiante em um movimento que conduz à “emergência de relações entre devedores e credores no uso do dinheiro como meio de pagamento”. A conclusão é que “a lógica do argumento de Marx revela as relações dialéticas interiorizadas que caracterizam um modo de produção capitalista (entendido como uma totalidade) plenamente desenvolvido”. (ibid.)

Temos acordo com tudo isso e reproduziremos alguns elementos desse raciocínio na próxima seção, ainda que num enquadramento que julgamos mais amplo e preciso. O problema do argumento de Harvey, todavia, é que o autor põe ênfase na resolução dialética das contradições, mas não esclarece ao leitor exatamente quais contradições da circulação mercantil funcionam como motor do processo dinâmico que faz surgir, num salto qualitativo, o capital. As formas transitórias, intermediárias, apontadas por Marx, são assim perdidas, e o argumento original se torna sub-representado.

Desde esse ponto de vista, a análise de Postone (2014) representa um progresso, porque o autor chega a identificar, de maneira não exaustiva, algumas das contradições que movem a dialética descortinada por Marx, além de explorar um plano diverso do argumento, isto é, sua relação com o caráter estranhado da sociedade capitalista. Isso se evidencia na passagem, que aqui tomamos como ponto de partida da reconstituição dos termos gerais de sua interpretação, em que Postone afirma que a forma-dinheiro da mercadoria é uma “expressão [...] do fato de que o trabalho funciona como uma atividade socialmente mediadora”. (ibid., p. 303)

Em termos mais detidos, o ponto de Postone é que, dado o caráter estranhado das relações mercantis, o desenvolvimento do dinheiro, isto é, da forma de valor, especialmente quando se apresenta sob a forma de signos de valor, reforça o ocultamento da “natureza da mediação social no capitalismo”, de modo a velar “a própria existência do valor como mediação social”. (ibid., p. 303-4) Quando as trocas se generalizam e abrem espaço para que o dinheiro atue como meio de pagamento, o ocultamento das relações sociais essenciais torna-se ainda mais intenso. Como diz o autor:

Esse processo real de obscurecimento é reforçado pela função do dinheiro como meio de pagamento de mercadorias adquiridas previamente através de contratos e como dinheiro de crédito. Em tais casos, *o dinheiro não parece mais mediar o processo de troca*, mas, em vez disso, a movimentação dos meios de pagamento parece apenas refletir e validar uma conexão social que estava presente de maneira independente (ibid., p. 304, grifos nossos).

É precisamente nesse ponto do argumento que Marx descortina a lógica da transição para o capital, conforme a interpretação de Postone (que, nesse particular, aproxima-se de Harvey), porque é aí que se revela a “inversão dialética” no movimento do dinheiro. (ibid.) Para dizê-lo, como Postone, numa sentença curta e esclarecedora, a inversão consiste em que o dinheiro “é um meio social que se torna um fim”. É preciso, todavia, ter em conta que tal inversão se caracteriza, inicialmente, como uma “*transformação da forma*, de início [isto é, na circulação mercantil simples] determinada logicamente como um meio social”, que se torna “um fim em si”. (ibid., p. 305, grifos nossos). A transformação formal serve, portanto, de “de ponte entre as suas análises da mercadoria e do capital” (ibid., p. 304).

Em suma, o caminho percorrido por Marx, na interpretação de Postone, vai da generalização da circulação de mercadorias para o dinheiro como meio de pagamento e, daí, para a “necessidade social de acumular dinheiro”, do dinheiro como “objetivo autossuficiente da venda”. (ibid., p. 305) Agora, em nosso juízo, o mais relevante da interpretação do autor é o fato de que ele tenha apontado explicitamente uma das contradições que impelem o processo histórico que dá origem ao capital e assim convertido a simpática postulação de que a gênese das categorias tem o caráter de uma superação dialética numa demonstração teórica propriamente dita. Isso é defendido justamente na passagem abaixo:

Ao discutir a dimensão subjetiva da emergência do dinheiro como um fim [...], ele [Marx] argumenta que *juntar dinheiro não é um meio de acúmulo logicamente adequado ao valor*, a uma forma geral e abstrata independente de todas as especificidades qualitativas. Marx elabora uma contradição lógica entre a infinidade do dinheiro, quando considerado qualitativamente como a representação universal da riqueza diretamente conversível em qualquer outra mercadoria, e como a limitação quantitativa de cada soma real de dinheiro. Assim, prepara o terreno para a categoria do capital, uma forma que encarna de maneira mais adequada tanto o ímpeto para o acúmulo ilimitado implícito na forma de valor como a inversão dialética há pouco descrita. (ibid., p. 305-6, grifos nossos)

Infelizmente, talvez por conta do interesse mais geral de sua obra, Postone não reproduziu em sua análise a riqueza da exposição comprimida no final do terceiro capítulo de *O capital*, negligenciando alguns elementos mediadores do argumento muito importantes para dar conta do processo concreto, histórico, de gênese do capital. Por exemplo, o autor perde de vista um momento decisivo do raciocínio original, em que Marx dá conta da complexidade da própria transição para o capitalismo ao demonstrar que nela se fazem presentes antecedentes formais do capital, mas não capital propriamente dito (ou seja, uma forma de produção prioritariamente voltada à expansão do mais-valor). Um dos propósitos específicos da próxima seção, e do trabalho como um todo, é justamente valorizar os elementos mediadores da transição, tal como reconhecidos por Marx.

Não poderíamos, nessa coleta de interpretações representativas, deixar de mencionar uma interpretação bastante original do argumento de Marx sobre a lógica contida no processo de emergência do capital. Essa interpretação, formulada por Lucia Pradella (2015), valoriza o nexo entre a categoria capital e a dimensão global da produção capitalista, ou seja, “a essência da relação (mais-valor, exploração) e suas formas de aparências no mercado mundial” (Pradella, 2015, p. 153). É por esse motivo que, seguindo em linhas gerais o argumento da autora, o último item do último capítulo da primeira seção do Livro I é o dinheiro como dinheiro mundial, pois ele representaria a passagem lógica do valor ao capital. Em suas palavras, o “capital deriva do valor em sua terceira determinação de dinheiro mundial” (ibid., p. 153-4).

A interpretação de Pradella, portanto, distingue-se pelo fato de a autora ter associado a gênese da categoria do capital não exatamente às funções de meio de entesouramento e de pagamentos exercida pelo dinheiro “como dinheiro”, mas à função de dinheiro mundial. Infelizmente, em nosso juízo, a interpretação de Pradella parece ter um caráter *ad hoc*, pois não oferece meios para associar o argumento a respeito das demais funções exercidas pelo dinheiro “como dinheiro” e sua relação com a gênese do capital, de um lado, e o argumento sobre o dinheiro mundial, de outro. Isso certamente se explica pelo fato de a gênese do capital não ser o objeto de interesse imediato da obra da autora. De todo modo, Pradella descortina um plano do argumento inovador e, em nosso juízo, conciliável com o restante do raciocínio de Marx sobre tema.

A originalidade do argumento de Pradella cobra, entretanto, uma reflexão mais profunda e detida. Por incrível que pareça, julgamos que ainda há o que dizer sobre o papel representado pelas funções de meio de entesouramento e de pagamento na reconstituição da lógica contida na emergência do capital, tal como espelhada no raciocínio de Marx. Na seção a seguir, concentramo-nos justamente nesse ponto do argumento, com a pretensão ambiciosa de acrescentar elementos às interpretações correntes.

4. O concreto repensado¹³

Partamos de uma brevíssima consideração das análises da gênese da categoria capital sumariadas nas seções anteriores, em particular, de dois casos extremos: as interpretações de Callinicos e Bidet, de um lado, e as interpretações de Harvey e Postone, de outro. Os dois primeiros autores conferem um acento epistemológico à explicação de Marx para o surgimento da categoria capital, apresentando tal explicação como um passo do procedimento lógico do enunciado de determinações mais concretas (no sentido de mais complexas e completas, ao que parece) a partir de determinações mais abstratas (momentos da totalidade de relações isolados no pensamento). Os

¹³ A interpretação defendida nessa seção é francamente inspirada na leitura de Mario Duayer, acessada diretamente em suas aulas sobre o tema. Infelizmente, Duayer não publicou (ainda) sua complexa interpretação de *O capital*.

dois últimos reconhecem o argumento de Marx como a apreensão teórica de um processo histórico concreto.

Não seria o caso aqui de entrar no mérito da importantíssima questão de fundo sobre o caráter ontológico das categorias abstrato e concreto e da própria lógica imanente à relação interna entre os momentos do ser (as categorias, a relação das relações entre si e com os complexos categoriais).¹⁴ No caso do presente argumento, esse passo pode ser dispensado posto que, em nosso juízo, o pecado fundamental de tais interpretações está na suposição da existência de uma desconexão imanente ao argumento de Marx. Em outras palavras, se Callinicos e Bidet buscam uma interpretação alternativa para o surgimento aparentemente súbito da categoria capital na obra é porque (como Heinrich, diga-se *en passant*) não julgam existir uma análise da gênese lógica e histórica desta categoria em *O capital* – e justamente isso nos parece bastante equivocados. A análise de Marx da gênese do capital pode estar correta ou não, é verdade, mas ocupa um lugar central na obra, por exemplo, na transição entre os Capítulos III e IV – que nos interessa aqui mais diretamente –, e nos Capítulos XXIV e XXV.

Autores como Harvey e Postone corretamente valorizaram a seção III do Capítulo III, na qual Marx associa as funções desempenhadas pelo dinheiro “como dinheiro” ao surgimento de formas de prática especulativa que já contêm em si a lógica e a forma do capital, mas não seu conteúdo plenamente desenvolvido. Ambos os autores não apenas apontam para elementos decisivos do argumento de Marx, como aproveitam esses elementos numa interpretação criativa e instigante. Ainda assim, em nosso juízo, por alguma razão, perde-se de vista (ou deixa-se de salientar suficientemente) tanto o caráter mediador das formas de prática especulativa na transição histórica que conduziu ao capitalismo quanto o fato de que este caráter mediador tenha sido destacado por Marx ao reconhecer as formas antediluvianas do capital.

Na linha de raciocínio que faz a mediação entre a terceira seção do Capítulo III e a primeira seção do Capítulo IV, Marx vai, de fato, desvendar, *em termos teóricos*, a lógica causal por detrás da gênese histórica da categoria obviamente mais importante da obra: o capital. Não há, portanto, uma súbita inflexão temática que coloca a categoria capital de paraquedas diante do leitor após uma digressão longa e teoricamente instrutiva sobre funções do dinheiro. Ao contrário, Marx nos provê de uma explicação para o nexos entre o desenvolvimento da esfera da circulação, de um lado, e o surgimento de atividades especulativas que funcionam como antecedente imediato e protoforma do

¹⁴ Os termos abstrato x concreto são usados por Marx em muitas situações, nem sempre da mesma maneira. Em muitas ocasiões, Marx menciona a existência de determinações abstratas, mas não menos reais – aquilo que Sohn-Rethel classicamente chamou de “abstrações reais”. O caso mais óbvio e importante é o trabalho abstrato, conteúdo *objetivo do valor*. Em outras ocasiões, a palavra abstração (ou o oposto, concreção) refere-se ao isolamento de momentos de uma totalidade de infinitas determinações como pressuposto indispensável de sua reprodução no pensamento. Callinicos parece ter confundido os dois usos do termo. Para perceber a variedade de posições a respeito do tema, basta ler as apresentações de Gorender (2013, p. 37) e Althusser (2013, p. 42-03) da versão da Boitempo do Livro I de *O capital*.

capital, de outro. Reconstituir esse trecho do argumento de maneira rigorosa permite alcançar, enfim, o centro da consideração de Marx sobre a gênese histórica do capital a partir das cadeias de causalidade despertadas pelo desenvolvimento da circulação mercantil durante o período feudal.

O que parece ser perdido de vista em muitas reconstituições deste trecho do livro é o papel mediador desempenhado pelo dinheiro “como dinheiro”, ou seja, pelo dinheiro como figura universal da riqueza abstrata e não prioritariamente como elemento da circulação de mercadorias (neste caso, como medida dos valores e meio de circulação). Como se sabe, na condição de figura material da riqueza, o dinheiro desempenha os papéis de meio de entesouramento (reserva de valor), meio de pagamentos e dinheiro mundial. No exame e apresentação das duas primeiras funções, como reconheceram tanto Harvey quanto Postone (e Jameson, de certo modo), Marx revela algo fundamental sobre o desenvolvimento da esfera da circulação: o surgimento de uma nova forma de circulação do valor, uma circulação do valor como valor, cada vez mais independente de sua conexão direta com o fluxo das mercadorias, até o salto qualitativo que finalmente põe o ciclo do capital. É, entretanto, importante esmiuçar os detalhes desse trecho, confrontando-o, sempre que possível, com o argumento exibido no material preparatório (em particular, nos *Grundrisse*) para extrair dele seu pleno significado.

Como ponto de partida, salientemos que Marx, pela primeira vez na obra, aponta para o caminho que vai conduzir à temática do Livro I, a produção de valor e mais-valor, e conferir à circulação mercantil o provisório estatuto de “esfera abstraída” do argumento. Curiosamente, a categoria que vai nos conduzir nesse trânsito para fora da esfera da circulação é o dinheiro. Isso é curioso, como talvez se possa intuir, porque não há, a princípio, na circulação mercantil simples (a circulação $M - D - M$), um motivo que justifique o vazamento de dinheiro para além de seus limites. Ao contrário, o dinheiro parece ficar preso à circulação de mercadorias, cumprindo as quatro funções até então identificadas: não apenas medida dos valores e meio de circulação (títulos das seções anteriores do capítulo), mas também numerário e meio de compra.

Entretanto, como Marx chama atenção logo no início da seção III (Marx, 2013, p. 203-4), a própria circulação de mercadorias, quando se torna minimamente desenvolvida, cria por si mesma o motivo que expelle o dinheiro para fora de seus domínios. O passo inicial desse argumento consiste em reconhecer que, na produção mercantil, não se produz para satisfazer diretamente as próprias necessidades, mas para a venda. O problema é que a venda não depende de circunstâncias controladas pelo próprio produtor.¹⁵ Com efeito, Marx põe em primeiro plano a dimensão temporal da riqueza produzida sob a forma mercadoria, que aqui se expressa como uma contradição entre o caráter temporalmente incerto e necessariamente discreto (no sentido de descontínuo, intervalado)

¹⁵ “Como se pode ver, a mercadoria ama o dinheiro, mas ‘*the course of true love never does run smooth*’ [o curso do verdadeiro amor nunca foi suave]”.

da produção e da venda – incerto por causa da venda e discreto por causa da temporalidade da produção – e a natureza contínua e certa das necessidades a serem atendidas pela produção.

O ponto de Marx é precisamente o seguinte: quando a produção se destina à venda e não diretamente à satisfação das necessidades do organismo social que funciona como seu sujeito, então o controle do decurso e da sincronia temporal necessários para ajustar a produção à satisfação de necessidades é perdido. Mesmo que nenhum inconveniente atrapalhe o funcionamento do organismo produtivo, mesmo que a produção se processe de forma perfeita, sua consumação no produto (mercadoria) não é garantia da satisfação das necessidades do produtor. A resolução dessa contraditória temporalidade é o surgimento, por necessidade social, do entesouramento como meio de preservar uma parte da riqueza em forma que permita satisfazer necessidades no período que se situa entre um ato de produção e outro (ou mais precisamente, entre uma venda e outra).

É importante perceber que o dinheiro congelado como tesouro não é exatamente “dinheiro guardado para comprar”, mas dinheiro guardado “como dinheiro”, como reserva de valor. Trata-se, para repetir em outros termos, de um meio para preservar a riqueza do portador do “tesouro” numa forma abstrata e socialmente aceita, imediatamente permutável por qualquer outra, portanto. Servir de meio de entesouramento ou de reserva de valor é, enfim, a primeira função que o dinheiro exerce “como dinheiro”, justamente porque implicada diretamente pela configuração estrutural da circulação mercantil.¹⁶

Agora, mais do que descrever ou apresentar uma função do dinheiro, o argumento de Marx demonstra que o desenvolvimento da esfera mercantil o expelle para fora da circulação, fazendo surgir um impulso ao entesouramento. Em termos propriamente teóricos, o dinheiro, como categoria da circulação (meio de circulação), é a forma da riqueza que estabelece a mediação segura entre a primeira e a segunda metamorfoses da mercadoria (a venda e a compra). O entesouramento, por sua vez, é a decisão de congelar a riqueza justamente nessa forma, interrompendo a sequência do ciclo M – D – M. Isso significa, nos termos de Marx (2013, p. 204, grifos nossos), que “a mercadoria é vendida não para comprar mercadoria, mas para substituir a forma-mercadoria pela forma-dinheiro. De simples meio do metabolismo, *essa mudança de forma converte-se em fim de si mesma*”. Como porções de dinheiro diferenciam-se apenas do ponto de vista quantitativo, não há, a princípio, limite para esse processo.

A moral da história é a seguinte: uma vez que o “tesouro” torna-se propriedade privada que dá acesso direto à riqueza social – nos termos de Marx (2013, p. 206), “a potência social torna-se

¹⁶ Em *O capital*, a parte mais importante desse argumento aparece em um único parágrafo, em que Marx textualmente aponta a contradição entre o caráter certo e contínuo das necessidades com o caráter discreto e incerto da produção para venda: “À medida que a produção de mercadorias se desenvolve, todo produtor de mercadorias tem de assegurar-se do *nervus rerum*, do ‘penhor social’. Suas necessidades se renovam incessantemente e requerem a compra incessante de mercadorias alheias, ao passo que a produção e a venda de suas próprias mercadorias demandam tempo e dependem das circunstâncias. Para comprar sem vender, ele tem, antes, de ter vendido sem comprar”. (Marx, 2013, p. 204)

potência privada da pessoas privadas” –, a quantidade acumulada figura como índice do poder social efetivo do seu possuidor.¹⁷ Cada produtor deseja, então, tornar-se entesourador, acumular a maior quantidade de dinheiro possível: por isso, surge um culto ao dinheiro, um “evangelho” da produção ampliada e “da renúncia”, para usar os termos de Marx (ibid., p. 206-7). A sociedade, de fato, passa a contar com um domínio que gira em torno do valor, de sua imagem social, inclusive no plano subjetivo.

Antes de prosseguir reconstituindo mais um passo do argumento, é crucial destacar o seguinte: a categoria do entesouramento surge como síntese dialética da contradição entre a temporalidade da produção e da venda das mercadorias, de um lado, e a temporalidade da satisfação de necessidades, de outro. Uma vez surgida, essa categoria “resolve” (ou seja, supera dialeticamente) aquela contradição, criando o meio adequado para a preservação dos polos antitéticos como motores de um processo, *mas desperta outra contradição*. Neste caso, trata-se da contradição entre o ímpeto expansivo contido na produção de “tesouros” cada vez mais amplos e a própria configuração estrutural da produção pré-capitalista, orientada para a satisfação de um volume finito (embora mutável) de necessidades – uma contradição valorizada por Postone, como vimos. A explicação se move, a partir daí, com a demonstração de que o contraditório desenvolvimento da produção mercantil cria o meio adequado para a reconfiguração das formas de produção pré-capitalistas por meio de sua subordinação a atividades especulativas que constituem o antecedente imediato do capital.

Nesse passo do argumento, Marx lida com a função meio de pagamento exercida pelo dinheiro. Para isso, a análise da circulação passa a considerar direta e detidamente a possibilidade de operações diferidas no tempo, compras e vendas a prazo, por exemplo. Como sempre, o autor não opera analiticamente com uma dedução a partir de postulados, mas com uma demonstração (*post festum*) da maneira como contradições reais (no caso, imanes à circulação mercantil) gestam categorias e processos como suas sínteses dialéticas. O zelo de Marx com a sustentação teórica de sua narrativa torna-se patente quando o autor explica que a própria separação temporal entre a alienação da mercadoria e o ato de pagamento (i.e., da realização de seu preço) é ela mesma a forma resolutive de uma contradição própria do desenvolvimento da circulação de mercadorias.¹⁸

¹⁷ Nos *Grundrisse*, Marx desenvolve esse ponto da seguinte forma: “Se o dinheiro é a riqueza universal, é-se tanto mais rico quanto mais dele se possua, e o único processo importante é o acumular dinheiro, tanto para o indivíduo singular como para as nações. De acordo com sua determinação, [o dinheiro] apresentava-se antes como se originando da circulação. Agora, esse seu retirar da circulação e seu estocar aparecem como o objeto essencial da pulsão de enriquecimento e como o processo essencial do enriquecer” (Marx, 2011, p. 173).

¹⁸ “O papel de credor ou devedor resulta, aqui, da circulação simples de mercadorias. Sua modificação de forma imprime no vendedor e no comprador esse novo rótulo. Inicialmente, trata-se de papéis tão evanescentes e alternadamente desempenhados pelos mesmos agentes da circulação como os de vendedor e de comprador. *Mas agora a antítese parece menos cômoda e suscetível de uma maior cristalização*”. (Marx, 2013, p. 208-9, grifos nossos)

Trata-se mais uma vez, e não por acaso, de uma contradição associada à dimensão temporal própria da produção mercantil. Na medida em que esta se desenvolve, a temporalidade dos diversos processos de produção demonstra-se cada vez mais variada, heterogênea, de modo que o poder de compra dos produtores nem sempre se coaduna perfeitamente com a possibilidade de venda das mercadorias. Isso significa que um produtor (ou “portador” de mercadorias) pode estar em condições de vender sua propriedade antes que outros estejam aptos a comprá-la: a solução para esse impasse é a venda para pagamento futuro.¹⁹ Neste caso, o valor de uso flui para o comprador antes do valor da mercadoria retornar ao vendedor na forma dinheiro. O vendedor agora, além de vendedor, torna-se credor; o comprador, além de comprador, torna-se devedor. No momento em que a dívida é abatida, com dinheiro, este exerce uma nova função, a função de meio de pagamento.

É relativamente óbvio que as figuras centrais na relação social em que o dinheiro funciona como meio de pagamento são as do credor e do devedor, que aqui comparecem como figuras associadas à circulação de mercadorias. A condição de credor e de devedor, observa Marx (2013, p. 209), são criadas antes mesmo do desenvolvimento das trocas, de sua generalização, por exemplo, na relação entre o arrendatário endividado e o senhor feudal, mas se cristaliza e desenvolve quando ressurgida como momento, inicialmente subordinado, da circulação de mercadorias. Isso ocorre porque essas novas categorias facultam um desenvolvimento da própria esfera mercantil, que passa a ter um meio para superar as possibilidades de compra imediatamente dadas.

Essa indicação permite-nos escapar um pouco da lógica do texto e tratar de um plano da análise relativamente pouco elaborado no argumento original (ao menos neste trecho da obra): aquele em que o autor dá conta da subordinação da categoria juro ao desenvolvimento e à lógica da circulação de mercadorias. Todos sabem que entre a concessão do crédito e o pagamento da dívida correm juros: isso significa que Marx está aqui nos oferecendo uma explicação para a gênese histórica desta categoria em sua forma moderna, isto é, para repetir, como momento subordinado da lógica imanente ao desenvolvimento da circulação mercantil-capitalista.

O raciocínio, neste caso, parte do reconhecimento de que a produção de mercadorias possui duas tendências conflitivas, antitéticas: por um lado, a tendência a produzir a maior quantidade possível de mercadorias, despejando-a diretamente no mercado para a mais pronta transformação (possível) em dinheiro; por outro lado, a tendência ao entesouramento e seu consequente vazamento da esfera da circulação. A contradição, para dizê-lo ainda mais explicitamente num enunciado

¹⁹ Como, ao que parece, a interpretação não é muito corrente, permitam-nos comprovar sua base textual. Observem a passagem do começo do item (b), Meio de pagamento: “com o desenvolvimento da circulação das mercadorias desenvolvem-se condições por meio das quais a alienação da mercadoria é temporalmente apartada da realização de seu preço. Basta, aqui, indicar a mais simples dessas condições. Para ser produzido, um tipo de mercadoria requer mais tempo e outro, menos. A produção de diferentes mercadorias está ligada a diferentes estações do ano. Uma mercadoria é feita para um mercado local, ao passo que outra tem de ser transportada até um mercado distante. Por conseguinte, um possuidor de mercadorias pode surgir como vendedor antes que o outro se apresente como comprador”. (Marx, 2013, p. 208)

alternativo, é aquela que opõe o ímpeto expansivo da produção de riqueza sob a forma mercantil ao caráter petrificado próprio da figura do dinheiro entesourado. Naturalmente, a quantidade de riqueza congelada na forma dinheiro, e assim mantida “constante”, tende a diminuir relativamente, isto é, como proporção da riqueza social. A forma resolutiva dessa contradição é justamente o surgimento do juro como meio para compensar o decréscimo relativo da porção de riqueza afastada da circulação mercantil simples (e da correspondente produção).

Para dizê-lo com maior rigor, a forma juro é apenas uma das saídas para superar a contradição que acabamos de descrever: a outra forma é o lucro comercial, que pressupõe um retorno peculiar à circulação de mercadorias, posto que já movido pelo propósito de retirar dela mais dinheiro. Em outras palavras, o entesourador pode especular com dinheiro ou com mercadorias: no primeiro caso, a prática econômica correspondente é o empréstimo a juros; no segundo, a intermediação comercial (comprar para vender mais caro e obter lucro). Temos aí as duas formas originárias, antediluvianas, do capital: o capital a juros e o capital comercial, que são apresentadas no começo do Capítulo IV²⁰ e, de passagem, no final do Capítulo III²¹.

No que se refere ao tema dessas considerações, isto é, a gênese do capital tal como explicada por Marx, o fundamental a reter das últimas colocações é o seguinte: o impulso ao crescimento da riqueza, próprio da produção mercantil, espalhou-se para fora do âmbito da produção mesma de mercadorias e de sua forma de circulação originária e assumiu uma primeira figura externa: a forma de valor em busca de valorização. Todos sabem que essa é exatamente a primeira formulação de Marx para a categoria capital. Formulação essa que já contém em si o reconhecimento do capital como a forma de articulação do trabalho social na qual a ampliação da riqueza torna-se uma finalidade em si mesma – para o que basta trocar as palavras valor e valorização pelo conteúdo revelado no Capítulo I, o trabalho.²²

Do ponto vista histórico, isso permite explicar por que, muito antes que a produção tenha adquirido caráter capitalista, o que é nitidamente indispensável para que a sociedade se articule em torno daquele impulso de valorização do valor, de ampliação do trabalho, o impulso ao aumento da riqueza – a lógica que se objetiva no capital –, já havia sido desencadeado. Como a produção ainda não possuía caráter capitalista, a lógica do capital só podia mesmo ter figurado embrionariamente em categorias externas à produção: no caso, em sua forma antecedente usurária e comercial.

²⁰ “Historicamente, o capital, em seu confronto com a propriedade fundiária, assume invariavelmente a forma do dinheiro, da riqueza monetária, dos capitais comercial e usurário”. (Marx, 2013, p. 223)

²¹ “O dinheiro creditício surge diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, quando certificados de dívida relativos às mercadorias vendidas circulam a fim de transferir essas dívidas para outrem. Por outro lado, quando o sistema de crédito se expande, o mesmo ocorre com a função do dinheiro como meio de pagamento. Nessa função, ele assume formas próprias de existência nas quais circula à vontade pela esfera das grandes transações comerciais”. (Marx, 2013, p. 213)

²² Postone está, portanto, correto quando afirma que “ao indicar a relação intrínseca entre forma-mercadoria e capital, Marx procura elucidar a natureza básica do capital e tornar plausível seu ponto de partida – sua análise do caráter dual da mercadoria como a estrutura nuclear do capitalismo” (Postone, 2014, p. 301).

É preciso recordar, no entanto, que, a regra da circulação mercantil simples é a troca de objetos de igual valor, de maneira que as formas antecedentes de capital são, na realidade, dois veículos para a expropriação dos produtores diretos. Para percebê-lo, basta imaginar a condição de um organismo produtivo posto em contato com um especulador usurário: a não ser que a produção possua a capacidade de operar um contínuo aumento da riqueza, o organismo produtivo que esbarra com o especulador tende a ser expropriado, entregando-lhe mais valor do que recebe do mercado. Se não conseguir gerar esse valor a mais, responde às dívidas com seus bens.²³

É por essa via, pelo contato do circuito M – D – M com a atividade especulativa, que o capital vai subordinar a produção e ajustá-la ao imperativo de aumentar continuamente a riqueza. Justamente por isso, Marx vai nos dizer que o dinheiro é encarado como o elemento socialmente desagregador durante todo o período de desenvolvimento da sociedade capitalista, até o momento em que essa forma social se encontre minimamente desenvolvida. O usurário, grande vilão da Idade Média, só é de fato redimido e transformado em herói no momento em que a produção capitalista alcança um grau de desenvolvimento relativamente expressivo.

De todo modo, a lógica e a forma do capital já se fazem presentes muito antes, ainda que objetivadas em figuras mediadoras, em si problemáticas, subordinadas: o capital comercial e o capital a juros.²⁴ É, de certa forma, anacrônico atribuir às atividades especulativas próprias da transição ao capitalismo a designação capital. A designação aqui só é apropriada porque a análise tem caráter *post festum*, examinando antecedentes históricos de um processo já consumado (o da gênese do capital e da produção capitalista). Marx, neste caso, raciocina como os biólogos que estudam a evolução das espécies.²⁵ Uma vez surgida uma nova espécie, pode-se reconhecer formas de vida superadas pela história evolutiva como seus antecedentes. Antes que a “nova” espécie tenha existido, no entanto, as formas de vida que vieram a ser seus antecedentes não tinham esse caráter, sequer como determinação latente (isso quer dizer que nada nelas apontava necessariamente para aquele exato curso evolutivo). Do mesmo modo, podemos reconhecer as formas de especulação com dinheiro e mercadorias como formas antecedentes do capital *post festum*, muito embora, *em*

²³ Os leitores não devem considerar que o contato entre os produtores diretos e os “especuladores” que os expropriam ocorre sem mediações. São muito complexas, na verdade, as cadeias intermediárias que concretamente associam os dois extremos. Marx lida com diversos casos concretos no Capítulo XXIV, dentre os quais podemos destacar, a título de breve ilustração, o seguinte: as novíssimas nações modernas endividadas em razão das guerras na Idade Média compeliem organismos produtivos inteiros a expandir a produção para dar conta de uma tributação cada vez mais ampla. Cf.: (Marx, 2013, p. 824-5).

²⁴ A “[...] Idade Média havia legado duas formas distintas do capital, que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes da era do modo de produção capitalista, já valiam como capital *quand même* [em geral]: o capital usurário e o capital comercial”. (Marx, 2013, p. 820)

²⁵ A passagem a seguir sugere que o próprio Marx realmente pensou nesse contraste com a evolução das espécies quando formulou sua teoria sobre a gênese do capital: “O *dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode ser considerado como realização superior, do mesmo modo que pode ser dito que o macaco se desenvolve no ser humano. Mas, nesse caso, a forma inferior é posta como o sujeito predominante sobre a forma superior”. (Marx, 2011, p. 193)

seu tempo, elas não fossem de fato capital, mas análogos formais subordinados a modos de produção dotados de outra lógica.

No texto, a questão da circulação do capital poderia ser apresentada por Marx no exato momento em que ele nos apresenta a função de meio de pagamento exercida pelo dinheiro, por exemplo, nas compras a prazo. Ali, Marx já deixava aberto o caminho para demonstrar que, da circulação mercantil simples, emerge um circuito inverso, o ciclo do capital. Para percebê-lo, basta reconstituir a lógica do processo de venda a prazo. Na venda a prazo, “o comprador volta a transformar dinheiro em mercadoria [D – M] antes de ter transformado mercadoria em dinheiro [M – D], ou efetua a segunda metamorfose das mercadorias antes da primeira” (Marx, 2013, p. 209). Quando vende a sua mercadoria (M – D) em outro circuito, o sujeito da operação pode finalmente concluir o primeiro, pagando a dívida. Ora, como percebe igualmente Harvey, se a primeira metamorfose antecede a segunda, o ciclo passa a ter a forma D – M – D.

É certo, no entanto, que o produtor de mercadorias, em lugar de apropriar-se do produto a mais por ele mesmo elaborado, necessariamente produzido para liquidar a dívida, é na verdade expropriado. Isso ocorre porque, nesse caso, o comprador/vendedor não se relaciona somente com um vendedor/comprador de mercadorias, mas também, direta ou indiretamente, com um “emprestador” de dinheiro (pode ser o próprio vendedor, que neste caso aparece também como credor), um usurário. O dinheiro desse credor circula em um circuito próprio, que tem forma D – D’. É o contato com esse sujeito especulador que obriga o comprador a prazo a produzir mercadorias com valor superior ao do conjunto de mercadorias comprada, sendo a diferença, evidentemente, apropriada como juros pelo especulador.²⁶ Em outras palavras, esse comprador consumiu mercadorias no valor de D, mas trabalhou para criar um valor de D’. A diferença entre D’ e D foi valor que ele criou, mas que acabou no bolso do especulador.

Essa última anotação, com a qual encerramos aqui a síntese do argumento de Marx, demonstra a fecundidade de sua análise. Agora, o mais importante para o presente argumento é que o fundamento de toda a exposição é, de fato, o texto de *O capital*, de maneira que podemos com segurança sustentar que a obra realmente contém uma explicação para a gênese lógica e histórica da categoria capital na análise das funções exercidas pelo dinheiro em sua terceira determinação, isto é, do dinheiro “como dinheiro”. Esperamos ter demonstrado que, no trecho do final do Capítulo III, em particular na análise das funções exercidas pelo dinheiro como meio de entesouramento e de pagamento, é possível identificar claramente o argumento por intermédio do qual Marx reconhece a lógica do processo de emergência do capital a partir da análise das contradições imanentes à

²⁶ É o que Marx parece dizer no último parágrafo da análise do dinheiro como meio de pagamento: “o desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento torna necessária a acumulação de dinheiro para a compensação das dívidas nos prazos de vencimento”. (Marx, 2013, p. 215)

circulação mercantil desenvolvida.²⁷ É, de certa forma, desconcertante que a riqueza dessa argumentação tenha sido perdida ou minimizada em inúmeras leituras influentes da obra.

5. Conclusão

É muito representativo o fato de Marx ter iniciado o exame da dinâmica contida na circulação mercantil simples, que inicialmente se revela apenas como “metamorfose das mercadorias”, com uma brevíssima digressão sobre o processo dialético, esclarecedora como nenhuma outra passagem da obra sobre o tema:

o processo de troca das mercadorias inclui relações contraditórias e mutuamente excludentes. O desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições, porém cria a forma em que elas podem se mover. Esse é, em geral, o método com que se solucionam contradições reais. É, por exemplo, uma contradição o fato de que um corpo seja atraído por outro e, ao mesmo tempo, afaste-se dele constantemente. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve. (Marx, 2013, p. 178)

Como esperamos ter demonstrado, a cadeia de causalidades que, após um longo e contraditório processo, gesta o capital como nova determinação social tem por pressuposto as contradições que movem a circulação mercantil, a sua forma resolutiva (sintética) e a emergência de novas contradições postas pelo próprio desenvolvimento da circulação. Por exemplo, como Marx aponta nas primeiras linhas da terceira seção do mesmo capítulo, se, de início, no ciclo M – D – M, o dinheiro tem “a função de *perpetum mobile*”, o “primeiro desenvolvimento da circulação de mercadorias” faz emergir, como síntese de novas contradições, sua condição *immeuble*, dinheiro petrificado em tesouro. (ibid., 203)

Também acreditamos ter deixado claro que um conjunto expressivo de interpretações da obra de Marx confere ao argumento do final do Capítulo III um caráter secundário, figurando muitas vezes como pressuposto do raciocínio geral. Isso talvez se explique pela preocupação mais imediata de cada uma das intervenções singulares (no caso de Postone, por exemplo, a crítica ao “marxismo tradicional”, no caso de Pradella, a ênfase no caráter global do capitalismo, no caso de Rosdoslky, com a reconstituição da gênese da própria obra, *O capital* etc.), mas pode ser igualmente expressão de uma questão mais ampla. Isso porque nos parece inadmissível julgar que a pouquíssima ênfase no argumento que aqui pusemos em primeiro plano tenha sempre e exclusivamente relação com a preocupação diversa de seus autores, até porque muitas interpretações tem como preocupação justamente recuperar o que o respectivo autor julga ser o argumento original de Marx (por exemplo,

²⁷ Precisamos mencionar que a última (e curtíssima) seção do Capítulo III, “O dinheiro mundial”, reforça o nexo existente entre as categorias dinheiro e capital, como sugere a interpretação de Pradella (2015). Sendo o capital caracterizado como o valor em processo de valorização, ele pressupõe em termos lógicos a existência de um processo real de abstração do trabalho humano. Ademais, por ser a “mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*” (Marx, 2013, p. 215), o dinheiro mundial pode ser entendido como o veículo capaz de permitir a universalização de um modo de produção baseado na oposição entre capital e trabalho assalariado.

Harvey). Talvez a questão deva ser remetida a outro plano de análise, no qual se enfatize, como Marx sempre fez, o nexos entre as ideias correntes e as necessidades sociais emanadas da prática cotidiana.

Evidentemente, não teríamos como sustentar um argumento como esse na conclusão do artigo. Por outro lado, não poderíamos concluir o trabalho sem abordar diretamente a questão, de maneira que nos limitaremos aqui a levantar hipóteses sobre o problema. A questão em jogo é: por que interpretações tão sofisticadas e interessantes de *O capital* descuidaram-se justamente na reconstituição do argumento sobre a lógica contida na gênese da categoria capital? Obviamente, todos os autores leram a última seção do Capítulo III, mas aparentemente encontraram nela algo diverso ou julgaram suficiente uma reconstituição menos pormenorizada do argumento.

Há, em nosso entendimento, duas hipóteses plausíveis para essa orientação predominante nas releituras da obra. A primeira delas refere-se justamente à relação entre a realidade e sua reflexão na consciência. Como Marx argumentou por diversas vezes em *O capital*, as categorias que constituem a produção capitalista, uma vez paridas pela história, apagam as marcas do processo genético que as produziram. A reconstituição dessa gênese e sua própria interpretação demandam, portanto, um imenso esforço de superação crítica da imagem que a sociedade capitalista projeta de si. Marx nos ajudou imensamente nessa tarefa, mas nem sempre de modo claro, trivial.

Chegamos assim à segunda hipótese: o problema objetivo é alimentado pelo fato de a melhor interpretação do objeto, aquela contida no argumento da seção final do Capítulo III, parecer uma imensa esponja comprimida num dedal. Para dizê-lo em poucas palavras, há pouco texto para muito conteúdo,²⁸ sendo árdua sua reconstituição apenas com o material disponível em *O capital*, mesmo com o recurso às ilustrações do Capítulo XXIV. O fato de que nos *Grundrisse* o material correspondente ao mesmo argumento seja muito mais farto certamente está por detrás da conclusão, a que chegaram Bidet e Callinicos, por exemplo, de que Marx teria mudado sua opinião a respeito do tema na passagem de uma obra à outra. Esperamos ter deixado claro que não é esse o caso e assim colaborado de alguma maneira para a compreensão da teoria de Marx, mais importante que isso, de seu objeto.

²⁸ Grespan demarca com exatidão o escopo do complexo argumento comprimido na passagem do Capítulo III para o Capítulo IV de *O capital* e comenta sobre a dificuldade de reconstituir o trecho da obra: “A análise marxiana do capitalismo envolve um grau maior de complexidade do que o alcançado na consideração dos mecanismos da circulação simples, embora tenha esta, por outro lado, como seu pressuposto necessário. A relação entre as duas análises, a passagem de uma à outra, constitui uma das dificuldades do estudo de *O capital*, por suscitar questões sobre a antecedência histórica de uma sociedade mercantil simples à capitalista, sobre a consequente vigência da lei do valor em sociedades pré-capitalistas, sobre a vigência dessa lei no capitalismo ou negação desta pelo capital e, enfim, sobre por que a apresentação do capital requer a da circulação mercantil simples e até que ponto a ultrapassa”. (Grespan, 2012, p. 83)

6. Bibliografia

- BIDET, J. *Exploring Marx's Capital: philosophical, economic and political dimensions*. Leiden e Boston: Brill, 2007.
- CALLINICOS, A. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CARCANHOLO, R. (Org.). *Capital: essência e aparência (vol. I)*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GRESPLAN, J. O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, D. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEINRICH, M. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012.
- JAMESON, F. *Representing Capital: a reading of Volume One*. London: Verso, 2014.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858; Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. "Marx to Frederick Engels, 31 July, 1865". In: Karl Marx & Frederick Engels. *Collected Works, V. 42 (1864-1868)* – Digital Edition. New York: International Publishers, 2010, p. 172-174.
- PAULA, J. A. "O conceito de capital no mundo contemporâneo". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 50-71, 2005.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADELLA, L. Globalisation and the critique of Political Economy: new insights from Marx's writings. London: Routledge, 2015.
- ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Tradução de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ e Contraponto, 2001. 624 p.
- SAAD FILHO, A. *O valor de Marx*. Campinas, Unicamp, 2011.